



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 389/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 389/2026

1. OBJETO

Contratação de empresa seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para emissão e administração de apólice coletiva de seguro de vida em grupo destinada aos agentes públicos vinculados à Câmara Municipal de Tarumã/SP, compreendendo 16 (dezesseis) segurados, sendo 04 (quatro) servidores efetivos, 03 (três) servidores ocupantes de cargos em comissão e 09 (nove) vereadores, contemplando cobertura securitária durante toda a vigência contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus dispositivos que tratam do planejamento das contratações públicas, da elaboração do Termo de Referência, da estimativa do valor da contratação, da instrução dos processos de contratação direta e da dispensa de licitação em razão do valor. A contratação também observará as normas, regulamentações e diretrizes expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pela fiscalização e regulação do mercado securitário nacional.

A necessidade da contratação foi previamente analisada e demonstrada por meio do Estudo Técnico Preliminar elaborado no âmbito do Processo Administrativo nº 389/2026, que concluiu pela viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação de apólice coletiva de seguro de vida em grupo destinada aos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Tarumã/SP, considerando a necessidade de proporcionar proteção



securitária aos agentes públicos vinculados ao Poder Legislativo Municipal e garantir amparo financeiro aos segurados e seus beneficiários em situações decorrentes dos riscos cobertos pela apólice.

A contratação busca assegurar cobertura para eventos relacionados à morte natural, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente total por doença, além dos demais serviços inerentes à administração da apólice coletiva, incluindo a inclusão e exclusão de segurados, processamento de sinistros e atendimento aos beneficiários. A medida está alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência, interesse público e valorização dos agentes públicos, proporcionando maior segurança institucional e adequada gestão dos riscos relacionados às atividades desempenhadas pelos segurados.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa proporcionar proteção securitária aos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Tarumã/SP, garantindo amparo financeiro aos segurados e seus beneficiários em situações decorrentes dos riscos cobertos pela apólice.

A contratação coletiva proporciona melhor relação custo-benefício, simplifica a gestão administrativa e assegura tratamento uniforme a todos os segurados abrangidos pela cobertura.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para emissão e administração de apólice coletiva de seguro de vida em grupo destinada aos agentes públicos vinculados à Câmara Municipal de Tarumã/SP, abrangendo 16 (dezesseis) segurados, sendo 04 (quatro) servidores efetivos, 03 (três) servidores ocupantes de cargos em comissão e 09 (nove) vereadores.



A contratação compreenderá a emissão da apólice coletiva, a manutenção das coberturas contratadas durante toda a vigência, a administração e gerenciamento do contrato, a inclusão e exclusão de segurados sempre que solicitado pela Administração, o processamento e a regulação dos sinistros, o atendimento aos segurados e beneficiários, o pagamento das indenizações previstas nas coberturas contratadas e a prestação de suporte técnico e administrativo necessário à plena execução dos serviços.

A apólice deverá garantir, no mínimo, cobertura para morte natural, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente total por doença, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na legislação aplicável e nas normas expedidas pela SUSEP. A solução adotada visa proporcionar proteção securitária aos agentes públicos abrangidos pela contratação, assegurando amparo financeiro aos segurados e seus beneficiários em caso de ocorrência dos eventos cobertos, mediante gestão centralizada da apólice e execução integral dos serviços por uma única seguradora.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Quantidade de Segurados

Categoria	Quantidade
Servidores efetivos	04
Servidores comissionados	03
Vereadores	09
Total	16

Capital Segurado

Capital segurado individual mínimo:

R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por segurado.



Coberturas mínimas obrigatórias

Cobertura	Percentual
Morte Natural (MN)	100%
Morte Acidental (MA)	100%
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA)	até 100%
Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD)	100%

A seguradora poderá ofertar coberturas adicionais sem ônus para a Administração.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da apólice ou do início de vigência nela estabelecido, prevalecendo a data que efetivamente garantir o início da cobertura securitária aos segurados.

Considerando que o objeto consiste na prestação de serviço de natureza contínua, destinado à manutenção de cobertura securitária aos agentes públicos da Câmara Municipal de Tarumã/SP, a vigência poderá ser prorrogada sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, observados os requisitos previstos nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e mantidas as condições mais vantajosas para o interesse público, índice de atualização IPCAe.

Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá assegurar a continuidade integral das coberturas previstas na apólice, sem interrupções, restrições ou suspensão dos serviços decorrentes de procedimentos administrativos internos, garantindo proteção permanente aos segurados abrangidos pela contratação.



7. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do objeto ocorrerá mediante a emissão e administração de apólice coletiva de seguro de vida em grupo destinada aos agentes públicos vinculados à Câmara Municipal de Tarumã/SP, abrangendo a totalidade dos segurados indicados pela Administração durante a vigência contratual.

A contratada será responsável pela emissão da apólice, manutenção das coberturas contratadas, atualização cadastral dos segurados, inclusão e exclusão de vidas mediante solicitação formal da Câmara Municipal, processamento e regulação dos sinistros, atendimento aos segurados e beneficiários, pagamento das indenizações devidas e prestação de todas as informações necessárias à adequada execução contratual.

As inclusões e exclusões de segurados deverão ser processadas pela contratada sem interrupção da cobertura securitária dos demais participantes da apólice, observadas as condições contratuais e regulamentações expedidas pela SUSEP. Eventuais alterações no quadro de segurados deverão ser implementadas mediante comunicação formal da Administração, sem cobrança de taxas administrativas adicionais além das previstas contratualmente.

A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento adequados para esclarecimentos, comunicação de sinistros, orientações aos segurados e beneficiários e acompanhamento dos processos de indenização, preferencialmente por meios eletrônicos, garantindo agilidade e eficiência na prestação dos serviços.

Os sinistros comunicados deverão ser analisados e regulados nos prazos estabelecidos pela legislação aplicável e pelas normas da SUSEP, cabendo à contratada promover o pagamento das indenizações devidas após a conclusão da análise e apresentação da documentação exigida.



A execução contratual não demandará dedicação exclusiva de mão de obra, sendo os serviços prestados de forma indireta pela seguradora contratada, mediante a disponibilização da estrutura operacional necessária para o gerenciamento da apólice e atendimento das obrigações assumidas.

9. PRAZO PARA EMISSÃO DA APÓLICE

A apólice deverá ser emitida em até:

10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho.

10. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

A estimativa da contratação foi elaborada em conformidade com o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada com base em contratações públicas similares divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Foram analisadas contratações de seguro de vida em grupo realizadas por Câmaras Municipais e demais órgãos públicos, adotando-se a metodologia da mediana dos valores homologados.

Com base nos levantamentos efetuados, foi apurado o valor estimado de: R\$ 11.179,20 (onze mil cento e setenta e nove reais e vinte centavos).

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação será realizada mediante:

Dispensa Eletrônica, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Critério de julgamento:

Menor preço global.



Sessão Pública:

- **Plataforma: Licitar Digital;**
- **Data: 25/06/2026;**
- **Horário: 14h30;**
- **Modo de disputa: Aberto;**
- **Duração da disputa: 1 hora;**
- **Intervalo mínimo entre lances: R\$ 5,00.**

12. HABILITAÇÃO

A licitante vencedora deverá apresentar a documentação necessária à comprovação de sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, observadas as disposições dos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao objeto.

Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados:

- **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente;**
- **Documento que comprove os poderes de representação legal do signatário da proposta ou do contrato, quando aplicável.**

Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados:

- **Comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;**
- **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;**
- **Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;**



- **Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;**
- **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;**
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.**

Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentada:

- **Comprovação de autorização para operar no ramo de seguro de pessoas no território nacional, mediante documento expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou outro meio oficial de consulta pública que demonstre a regular autorização de funcionamento da seguradora.**

Considerando a natureza do objeto, o reduzido vulto da contratação e o fato de as seguradoras serem instituições submetidas à fiscalização permanente da SUSEP, não será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica, registro em conselhos profissionais, balanço patrimonial, índices econômico-financeiros ou garantia de proposta, por não se mostrarem requisitos indispensáveis à adequada execução do objeto contratado, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada emitir a apólice coletiva de seguro de vida em grupo em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo estipulado pela Administração e em observância às normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A contratada deverá manter integralmente as coberturas contratadas durante toda a vigência da apólice, assegurando a continuidade da proteção securitária aos segurados, sem interrupções ou restrições indevidas.



Compete à contratada realizar a inclusão e exclusão de segurados sempre que solicitado pela Câmara Municipal de Tarumã/SP, promovendo as alterações cadastrais necessárias de forma tempestiva e sem prejuízo à cobertura dos participantes da apólice.

A contratada será responsável pelo recebimento, análise, processamento e regulação dos sinistros, observando os prazos estabelecidos pela legislação aplicável e pelas normas da SUSEP, bem como efetuando o pagamento das indenizações devidas aos segurados ou beneficiários quando caracterizada a cobertura contratual.

Deverá disponibilizar canais de atendimento adequados para esclarecimentos, orientações, comunicação de sinistros e acompanhamento dos processos de indenização, garantindo suporte eficiente aos segurados, beneficiários e à Administração durante toda a execução contratual.

A contratada deverá fornecer, sempre que solicitado, informações, documentos, relatórios e demais elementos necessários ao acompanhamento e fiscalização do contrato pela Câmara Municipal.

Será de responsabilidade da contratada cumprir integralmente a legislação aplicável ao mercado securitário, mantendo durante toda a execução contratual sua autorização de funcionamento perante a SUSEP e demais condições necessárias ao exercício regular de suas atividades.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, especialmente a regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, responsabilizando-se por todos os encargos, tributos, contribuições e demais obrigações decorrentes da execução do contrato.

A contratada responderá integralmente por quaisquer danos causados à Administração, aos segurados ou aos beneficiários em decorrência de falhas, omissões, irregularidades ou descumprimento das obrigações assumidas no âmbito da contratação.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Constituem obrigações da contratante fornecer à contratada todas as informações, documentos e dados necessários à emissão da apólice e à adequada execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas.

A contratante deverá comunicar formalmente à contratada quaisquer alterações relacionadas ao quadro de segurados, incluindo admissões, desligamentos, exonerações, encerramento de mandatos, alterações cadastrais ou demais informações que possam impactar a administração da apólice coletiva.

Compete à contratante acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, bem como registrar e comunicar eventuais irregularidades constatadas durante a vigência do contrato.

A contratante deverá prestar as informações necessárias para instrução dos processos de sinistro, quando solicitadas, colaborando com a contratada e com os beneficiários para o adequado processamento das ocorrências cobertas pela apólice.

Efetuará os pagamentos devidos à contratada na forma e nos prazos estabelecidos no contrato, após a verificação do cumprimento das obrigações assumidas e da regularidade da documentação exigida.

A contratante deverá comunicar formalmente à contratada quaisquer fatos ou ocorrências relevantes relacionados à execução contratual que possam interferir na manutenção das coberturas securitárias ou na administração da apólice.

15. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes formalmente designados pela Câmara Municipal de Tarumã/SP, aos quais competirá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, registrar ocorrências, solicitar esclarecimentos, determinar providências necessárias à regular



execução do objeto e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas.

Fica designado como Gestor do Contrato o servidor Wuilverson Henrique Mossini da Silva, a quem competirá o acompanhamento geral da execução contratual, a adoção das providências administrativas necessárias, a interlocução com a contratada e a gestão dos atos relacionados ao contrato.

Fica designada como Fiscal do Contrato a servidora Fernanda Aparecida Silveira, responsável pelo acompanhamento direto da execução dos serviços, conferência das condições da apólice, verificação das inclusões e exclusões de segurados, fiscalização do atendimento prestado pela contratada e certificação do cumprimento das obrigações contratuais para fins de pagamento.

A atuação do gestor e da fiscal não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto contratado, cabendo-lhe responder integralmente por eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos das obrigações assumidas.

16. RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto ocorrerá mediante a verificação da correta emissão da apólice coletiva de seguro de vida em grupo, da conformidade das coberturas contratadas, dos capitais segurados estabelecidos neste Termo de Referência e da inclusão da totalidade dos segurados informados pela Câmara Municipal de Tarumã/SP.

O recebimento provisório será realizado após a disponibilização da apólice pela contratada e a conferência inicial da documentação encaminhada. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do atendimento integral das condições contratadas, das coberturas previstas, dos dados cadastrais dos segurados e da regularidade da apólice emitida.

Caso sejam identificadas inconsistências, divergências, omissões ou qualquer desconformidade em relação às condições contratadas, a contratada



será notificada para promover as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

A emissão da apólice em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência constituirá condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto e para a liberação do respectivo pagamento.

17. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Tarumã/SP em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após a emissão da apólice e o recebimento definitivo do objeto.

Para fins de pagamento, a contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista exigidas no procedimento licitatório, podendo a Administração promover as verificações necessárias antes da realização do pagamento.

O pagamento será realizado mediante depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada, observadas as retenções tributárias eventualmente aplicáveis na forma da legislação vigente.

Havendo erro na documentação apresentada, divergência de valores, ausência de documentos obrigatórios ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto perdurar pendência relacionada ao cumprimento de obrigações contratuais ou à regularidade exigida para a contratação, sem prejuízo das demais medidas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Aplicam-se as sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. MATRIZ DE RISCOS

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Classificação	Medida Mitigadora
Atraso na emissão da apólice	Descumprimento do prazo para emissão da apólice após a contratação	Média	Alto	Moderado	Estabelecimento de prazo contratual para emissão da apólice e acompanhamento pela fiscalização do contrato
Interrupção ou ausência de cobertura securitária	Falha na manutenção das coberturas durante a vigência contratual	Baixa	Alto	Moderado	Fiscalização contínua da vigência da apólice e exigência de manutenção ininterrupta das coberturas contratadas
Falha na inclusão ou exclusão de segurados	Erros cadastrais ou demora no processamento das	Média	Médio	Moderado	Conferência periódica da relação de segurados e formalização



Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Classificação	Medida Mitigadora
	alterações solicitadas pela Administração				das solicitações de alteração cadastral
Demora na análise e regulação de sinistros	Atraso na avaliação dos processos e no pagamento das indenizações devidas	Média	Alto	Moderado	Monitoramento dos prazos legais e contratuais para análise, regulação e pagamento dos sinistros
Atendimento inadequado aos segurados e beneficiários	Falhas na prestação de informações, suporte ou orientação aos usuários da apólice	Média	Médio	Moderado	Exigência de canais formais de atendimento e acompanhamento da qualidade dos serviços prestados
Perda da autorização de funcionamento	Suspensão ou cancelamento da autorização	Baixa	Alto	Moderado	Verificação da regularidade da seguradora e



Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Classificação	Medida Mitigadora
to perante a SUSEP	da seguradora durante a vigência contratual				manutenção das condições de habilitação durante toda a execução contratual
Descumprimento das condições da apólice	Não observância das coberturas, capitais segurados ou demais condições contratadas	Baixa	Alto	Moderado	Fiscalização permanente da execução contratual e conferência da apólice emitida
Inconsistências na documentação de sinistros	Apresentação incompleta ou incorreta de documentos necessários à análise dos eventos cobertos	Média	Médio	Moderado	Orientação prévia aos segurados e beneficiários e acompanhamento dos processos pela fiscalização contratual

A matriz de riscos foi elaborada com base nas características do objeto, nas informações constantes do Estudo Técnico Preliminar do Processo



Administrativo nº 389/2026 e nos riscos normalmente associados à contratação de serviços de seguro de vida em grupo, visando assegurar a adequada gestão contratual, a continuidade da cobertura securitária e a proteção dos interesses da Administração Pública e dos segurados.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- **utilização preferencial de documentos eletrônicos;**
- **emissão digital da apólice;**
- **comunicação eletrônica;**
- **redução do consumo de papel;**
- **observância de práticas de governança corporativa e sustentabilidade.**

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- **Órgão: 01 – Câmara Municipal de Tarumã;**
- **Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Tarumã;**
- **Função: 01 – Legislativa;**
- **Subfunção: 031 – Ação Legislativa;**
- **Programa: 0030 – Processo Legislativo;**
- **Projeto/Atividade: 2128 – Manutenção da Secretaria da Câmara;**
- **Categoria Econômica: 3.3.90;**
- **Elemento de Despesa: 39;**
- **Subelemento: 69 – Seguros em Geral;**



- **Fonte: 01 – Tesouro.**

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação possui compatibilidade com o planejamento orçamentário da Câmara Municipal de Tarumã/SP e conta com reserva orçamentária nº 68/2026 no valor de R\$ 11.179,20 (onze mil cento e setenta e nove reais e vinte centavos).

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram o presente Termo de Referência:

- **Documento de Formalização da Demanda;**
- **Estudo Técnico Preliminar;**
- **Pesquisa de Preços;**
- **Reserva Orçamentária;**
- **Aviso de Dispensa Eletrônica;**
- **Demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 389/2026.**

ELABORADO POR

WUILVERSON HENRIQUE MOSSINI DA SILVA

Diretor Geral Legislativo

APROVADO POR

SOLANGE APARECIDA CARON DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Tarumã